



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP**SEI N.º 0003734-02.2022.6.05.8000****Pregão 38/2022****RELATÓRIO FINAL**

Instada a realizar licitação, na modalidade, Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de material de expediente.

O Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site do Portal de Compras do Governo Federal, bem como disponibilizou o edital no portal da transparência do TRE-BA.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 13:30h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designada pela Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentada, em seguida, passou para fase de lances, conforme Ata acostada aos autos (doc. 2052046/2022).

Encerrada a supramencionada etapa, com a classificação das empresas, passamos a fase de julgamento das propostas com a ocorrência dos seguintes eventos:

As propostas referentes aos itens 1, 2, 3 e 25 foram desclassificadas, visto que a licitante vencedora, Livraria e Papelaria Prática não enviou no prazo de 5 dias úteis as amostras a que alude a condição 12.11 do edital. Ficando desde logo ciente da instauração de processo administrativo para apurar a conduta da empresa.

Os itens 06, 08, 13, 17 e 28 foram cancelados na fase de julgamento por preço excessivo. O item 20 foi cancelado por inexistência de proposta.

Continuando com a análise dos itens, solicitamos, as licitantes vencedores que informassem as marcas modelos dos itens 4 e 5 foram informadas a marca colacril da Suzano celulose e para os itens 18 e 26 respectivamente a marca report e link etiquetas. Nessa oportunidade a licitante Prisma Papelaria Ltda questionou o pregoeiro sobre o fato de não haver proposta para o item 4. O pregoeiro informou que a proposta é eletrônica, sendo irrelevante a apresentação do documento físico.

O pregoeiro confirmou com as licitantes vencedoras dos itens 14 e 19 as especificações das propostas com as exigências descritas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

a de fase de julgamento das propostas, as empresas foram instada a reduzirem seus preços segundo condição 9.1 do Edital, entretanto as empresas se recusaram a diminuir o valor dos lances ofertados, sob a alegação de que já tinham oferecido o menor preço. Ressalvando, apenas a empresa, Comercial Atitude Ltda, que reduziu a proposta do item 11 de R\$ 12,30 para R\$ 12,28.

Superada a fase de julgamento com aceitação das propostas o Pregoeiro passou a fase de habilitação. Nesta fase, após análise do SICAF e consulta aos sites de que tratam a condição 11.10 do edital. O Pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão Negativa de Falência e Concordata das empresas vencedoras nessa oportunidade acessou ao site www.tjba.jus.br e www.tjdft.jus.br para extrair a Certidão de Falência e Concordata das empresas que tiveram as certidões vencidas durante a condução do Certame. O mesmo procedimento foi efetuado para as certidões negativas de tributos estaduais.

Quanto a licitante Bud Cruz, vencedora do item 4 verificou-se impedimento temporário de licitar, com esteio no (art. 87, Inc III da lei 8.666/93). Esta ocorrência não impede a contratação com TRE-BA, posto que, a penalidade imposta circunscreve-se no âmbito do órgão sancionador.

Noticio ainda, que no decorrer da análise dos documentos de habilitação, constatamos a existência de ocorrência impeditiva indireta de licitar em nome da empresa Comercial Atitude Ltda. Instada a se pronunciar no prazo de 24 horas, sobre o impedimento indireto a empresa ficou-se inerte. Por esse motivo exponho abaixo, as razões do pregoeiro que culminaram na habilitação da empresa.

Após análise do SICAF, constatamos Ocorrência Impeditiva Indireta (doc 2054976 pág 4) vinculando os CNPJ 26.193.511/0001-60 - JC DA SILVA SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO e 31.953.767/0001-69 TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES EIRELI ao CNPJ - 19.705.786/0001-70 da licitante COMERCIAL ATITUDE LTDA vencedora do Certame.

Durante esta averiguação, através das ocorrências registradas no SICAF, salvo melhor juízo, entendemos que a vinculação dos CNPJ ocorreu em razão das empresas apontadas acima terem o mesmo endereço, Rua Tupiratins Nº 50 Vila Taquary – SP. CEP 08230-230. (doc 2054976 pág 19 a 26)

Posteriormente, o endereço da empresa vencedora Comercial Atitude Ltda. foi alterado para Rua Cecília Meireles nº 36, lote 9, Quadra P, Condomínio Atibaia Park I, CEP 12953-005 na cidade de Atibaia – SP, conforme consta no Contrato Social da empresa. Atualmente de acordo o registro no SICAF, o endereço da empresa Comercial Atitude Ltda., consta como Av. Montemagno, 1127 Chácara Mafalda São Paulo – SP. Continuando com análise da ocorrência impeditiva indireta percebemos que não existe vínculo societário entre a vencedora e as empresas sancionadas. A primeira cuja sócia proprietária Sra. Rebeca Lopes CPF 274.387.848-78 detém integralmente o capital social, pois trata-se de empresa individual de responsabilidade Limitada. Enquanto, as empresas sancionadas têm como sócio administrador o Sr. João Carlos da Silva CPF. 296.651.878-21, empresário individual, também, detentor da integralidade do capital das empresas sancionadas.

Constata-se ainda, que a empresa vencedora do certame foi aberta em 12/04/2014, antes, das empresas sancionadas que foram abertas em 19/09/2016 e 06/11/2018, por consequência é forçoso admitir que a empresa vencedora não foi aberta com o fito de burlar medida punitiva impostas as empresas sancionadas; até porque uma empresa aberta em 12/04/2014 não teria como prevê punição de outras empresas abertas 2 ou 4 anos depois.

Assim sendo, diante do exposto acima, depreende-se que as ocorrências registradas no SICAF, indicam meros indícios não sendo robustas o suficiente para afastar a personalidade Jurídica da empresa que ofertou o menor preço, pois seriam necessários outros elementos que analisados conjuntamente poderiam ensejar a desclassificação da licitante tais como: sócio-gerente em comum com a empresa sancionada, objeto social similar, mesmo endereço, telefone ou e-mail, **bem como data da criação posterior a pena aplicada (gn)**. Fatores que não foram encontrados no caso em tela, salvo a similaridade de endereços.

“...É imprópria a recusa de proposta de licitante com fundamento na existência de ocorrências impeditivas indiretas de licitar constantes do cadastro da empresa no Sicafe, sem que haja fundamentos suficientes para caracterizar possível tentativa de burla à penalidade de inidoneidade e de impedimentos de contratar e licitar com a administração pública, por intermédio de constituição de outra sociedade empresarial pertencente aos mesmos sócios e que atue na mesma área (acórdão nº 534/2020- TCU-1ª Câmara)

A existência de ocorrências impeditivas indiretas de licitar, constante do cadastro da empresa no Sicafe, exige

a necessária convocação do fornecedor para manifestar-se (art. 29, §2º, da IN SEGES nº 3, de 2018), sendo imprópria a desclassificação de sua proposta sem a realização dessa providência (TCU, Acórdão nº 534/2020, Primeira Câmara).

Informo, também que os documentos de habilitação, das empresas vencedoras, segundo previsto no Decreto nº 10.024/2019 foram anexados ao sistema do Portal de compras, juntamente com as propostas de preços e estão de acordo com as exigências do Instrumento Convocatório. Não havendo desconformidade nos documentos apresentados pelos licitantes, as empresas foram declaradas vencedoras e por via de consequência tiveram as propostas habilitadas para os itens disputados.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, sem apresentação de intenção de recorrer feita por quaisquer dos licitantes, o pregoeiro encerrou a sessão às 10:50 do dia 17.08.2022, adjudicando-lhe o objeto aos licitante vencedores.

É o Relatório que submeto à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 17 de agosto de 2022.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição**, Analista Judiciário, em 19/08/2022, às 12:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2056890** e o código CRC **242B5CB4**.